



## EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA DISCUSSÃO URGENTE NO ÂMBITO DAS LICENCIATURAS

Patricia Formiga Maciel Alves<sup>1</sup>  
Deliane Macedo Farias de Souza<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo discute a urgência em incluir a disciplina Educação Sexual nos currículos de formação de professores. Com o objetivo de provocar o debate juntamente com uma reflexão sobre educação e diversidade sexual, questionando nossas práticas e atitudes, problematizando algumas “verdades” sobre a educação para o reconhecimento da diversidade sexual. Como também mobilizar os educadores para práticas pedagógicas de enfrentamento a preconceitos e discriminações relacionadas à gênero e orientação sexual, afim de alcançarmos a efetivação de uma educação afirmativa voltada para a cidadania e respeito aos direitos humanos. Para fundamentar teoricamente essa discussão, nos amparamos nos estudos de Louro (2014), Figueiró (2006), dentre outros. Do ponto de vista metodológico, iniciamos pela análise documental dos PPCs dos cursos de Licenciatura da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte, constatando que não há em nenhum dos cursos a presença desse componente curricular. Nesse sentido, partimos para uma pesquisa de campo junto aos estudantes dos últimos períodos, que foram convidados a responder um questionário *on-line* acerca da presença da temática da sexualidade no decorrer de sua formação. Os resultados reforçam nossa preocupação, uma vez que a temática pouco ou nada tem aparecido na formação dos participantes que já responderam. Nesse sentido, é urgente a necessidade de oferecer a disciplina de Educação Sexual nos cursos de Licenciatura, assegurando uma formação de professores capacitados para trabalhar de forma eficaz a educação sexual no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** Educação Sexual, Formação de Professores, Diversidade Sexual, Cidadania.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo traz uma discussão sobre a urgência em incluir a disciplina Educação Sexual nos currículos de formação de professores. Enquanto educadoras de uma universidade pública, com atuações em diversas licenciaturas, sentimos a necessidade de chamar atenção para esta urgência.

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Pleno de Pedagogia, Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte - PE, [patricia.formiga@upe.br](mailto:patricia.formiga@upe.br).

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Pleno de Pedagogia, Universidade de Pernambuco – Campus Mata Norte - PE, [deliane.sousa@upe.br](mailto:deliane.sousa@upe.br).

Diante de um contexto atual de mudanças em todas as esferas, incluindo na esfera da sexualidade, registramos um aumento de debates sobre homossexualidade, bissexualidade e outros comportamentos e interesses sexuais, bem como, a maior visibilidade de pessoas com interesses sexuais que variam bastante. Nesse cenário, ouvimos falar de identidade de gênero, orientação sexual, dinâmica da sexualidade, uma imensidão de siglas, etc.

Trazendo mesmo que de forma superficial tais conceitos, uma vez que não é nosso objetivo maior, poderemos definir identidade de gênero como a experiência interna, individual e profundamente sentida que cada pessoa tem em relação ao gênero, que pode, ou não, corresponder ao sexo atribuído no nascimento. Já orientação sexual: refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto, apresentando-se como uma clara movimentação de desejos e sentimentos (INDONÉSIA, 2006).

É fato que embora a ciência reconheça três tipos de orientação sexual, a saber: Homossexualidade, Heterossexualidade e Bissexualidade, a validação e legitimação destas orientações pelo público em geral ainda não ocorreu. A seara da sexualidade encontra-se envolta num véu de desconhecimentos. A sexualidade implica em elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade, revestindo-se de extrema importância sua compreensão (ABREU, 2007).

Tão necessário também é, estabelecermos uma distinção entre papel sexual e sexo biológico. O sexo biológico, refere-se as características genéticas do sexo de nascimento. Papel sexual não é limitado à natureza biológica do sexo, mas atende a uma expectativa que a sociedade tem em relação ao comportamento esperado de um determinado gênero. Esta distinção e separação da natureza biológico do sexo e do papel sexual, fez com que as opções sexuais se diversificassem, e que a longo prazo possa produza como resultado, a diminuição do preconceito e da intolerância, e aumente o respeito à escolha de cada um (ABREU, 2007).

O tema da educação sexual ganhou bastante destaque dos meios de comunicação que chamam atenção para a responsabilidade da família e da escola em oferecer este tipo de educação para seus filhos e alunos. Tal temática deve fazer parte do cotidiano escolar, pois, é proposta pelos documentos pedagógicos oficiais, além de ser assunto recorrente na sociedade atual. O profissional da educação ao se deparar com questões que perpassam a sexualidade deve estar capacitado para abordar e tratar a temática de forma reflexiva, livre das amarras, dos preconceitos, tabus e crenças, indo muito além de abordagens pontuais e baseadas no senso comum (MATARAZZO, 2010)



Nas linhas que se seguem, vamos defender que é preciso preparar o adulto de hoje, que não sabe o que é educação sexual porque não a teve no curso de seu desenvolvimento. A preparação de professores é algo imprescindível, precisamos de um número de pessoas capacitadas, que se encarreguem de trabalhar a nível de alunos, de pais e da sociedade, num processo gradativamente crescente. Para alcançarmos nossos objetivos, estruturamos o artigo em dois momentos; iniciamos com a abordagem deste tema em sala de aula (escolas e universidades); para em seguida, tratarmos mais detalhadamente sobre a formação docente e a temática da sexualidade.

## **METODOLOGIA**

Do ponto de vista metodológico, trata de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa. Fizemos a opção pela complementaridade entre método qualitativo e método quantitativo, por considerarmos que o bom método é aquele capaz de conduzir o investigador a alcançar respostas para suas perguntas, ou seja, desenvolver seu objeto, explicá-lo ou compreendê-lo dependendo de sua proposta. A importância dos números se dá porque eles representam uma linguagem, assim como as categorias empíricas na abordagem qualitativa o são, tratando-se, portanto de duas formas de comunicação diferenciadas, devendo ambas convergir para a mesma meta anunciada aproximar-se o mais possível da realidade a que se propõe a discutir (SEVERINO, 2007).

No que se refere aos procedimentos de pesquisa realizamos a coleta de dados através de fontes primárias e secundárias, além da utilização de questionário contendo perguntas abertas e fechadas.

Iniciamos pela análise documental dos PPCs dos cursos de Licenciatura da Universidade de Pernambuco – *Campus* Mata Norte. Nesta fase, constatamos que não há em nenhum dos cursos a presença desse componente curricular. Num segundo momento, partimos para uma pesquisa de campo junto aos estudantes dos últimos períodos, que foram convidados a responder um questionário *on-line* acerca da presença da temática da sexualidade no decorrer de sua formação.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A abordagem deste tema em sala de aula

O tema da educação e diversidade sexual apresenta-se como um desafio para uma formação de professores, com objetivo de alcançar uma educação afirmativa para a diversidade sexual, que aborde as possibilidades de enfrentamento a preconceitos e discriminações ainda presentes na educação básica, superior e na sociedade de forma geral. Falar de educação sexual no Brasil atual tem sido um assunto no mínimo polêmico, se constituindo quase um tabu. O que parece resultar de um cenário político conservador e ao mesmo tempo representa um retrocesso dado que a abordagem sobre educação sexual foi introduzida no Brasil há quase um século, como nos revela Goldberg (2012) que em 1930 já constava do currículo, de uma escola no Rio de Janeiro. Quase sempre esse processo foi bastante conturbado, e esbarrava em obstáculos vindo em sua maioria da igreja católica.

Tal temática deve fazer parte do cotidiano escolar, pois, é proposta pelos documentos pedagógicos oficiais, além de ser assunto recorrente na sociedade atual. O profissional da educação ao se deparar com questões que perpassam a sexualidade deve estar capacitado para abordar e tratar a temática de forma reflexiva, livre das amarras, dos preconceitos, tabus e crenças, indo muito além de abordagens pontuais e baseadas no senso comum. De acordo com a legislação brasileira, o Ensino Fundamental é obrigatório, o que significa que todas as crianças e os/as adolescentes frequentam a escola em algum momento da sua vida. A educação sexual deve começar desde a concepção, prolongar-se durante a gestação e continuar sempre, integrada ao desenvolvimento do indivíduo e recebendo o mesmo tratamento que as suas demais necessidades (LOURO, 2007).

Para Figueiró (2006) a educação sexual é um processo contínuo e ocorre através dos valores e conceitos sobre sexo e sexualidade, transmitidos nos espaços familiares, nos meios de comunicação de massa e na escola, entre outros espaços sociais, e pode ser viabilizada na vigência de programas sistematizados, organizados com planejamento e com objetivos delimitados em que se procura informar e esclarecer sobre sexualidade.

Há uma necessidade, diga-se de passagem urgente, de incorporar o tema aos Planos de Educação, a fim de, propiciar uma discussão para diminuir o preconceito nas escolas; Preparar as instituições de ensino para combater a discriminação racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero; Prever a difusão de propostas pedagógicas com conteúdo sobre



sexualidade, diversidade quanto à orientação sexual, relações e identidade de gênero; Estabelecer formas de evitar a evasão escolar motivada por orientação sexual ou à identidade de gênero (LOURO, 2007).

Foi a partir de 1997 que se intensificaram no Brasil as questões em torno da sexualidade no contexto escolar, graças a introdução dos temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, (BRASIL, 1997, 2001); dentre eles se destaca a orientação sexual que concebe os aspectos referentes à sexualidade e às questões de gênero.

Os temas transversais se apresentam como problemas sociais graves e urgentes que despontam na sociedade, nesta concepção podemos destacar também a homofobia, pois o contexto escolar se torna local para tal abordagem, sendo espaço velado ou explícito de preconceitos dessa ordem.

No caso da orientação sexual, proposta pelos temas transversais, a epidemia da AIDS e a gravidez precoce vieram ao encontro das questões em torno da sexualidade juvenil, percebendo a importância de abordar o tema desde a educação infantil. Assim, outros documentos, além do próprio PCN, foram se constituindo e abordando a temática da sexualidade no contexto escolar. Os principais documentos foram: *O Referencial Nacional para a Educação Infantil* (BRASIL, 1998), *Brasil sem Homofobia* (BRASIL, 2004), *Gênero e Diversidade na Escola* (GÊNERO, 2009), dentre outros.

O Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014, responsável por definir metas para o período de dez anos do Ensino Básico ao Superior, buscou lutar contra a discriminação ao promover a equidade de gênero e difundir propostas pedagógicas sobre sexualidade. Eram 35 menções a estratégias relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual que deveriam ser de responsabilidade da União, dos estados e municípios na redação do Projeto de Lei, que foram modificadas para aprovação no Congresso Nacional, devido as críticas de parlamentares e ativistas de igrejas católicas e neopentecostais.

A escola é potencialmente um espaço privilegiado para se discutir essas questões e os professores são possíveis protagonistas no combate às desigualdades. Trata-se de um retrocesso a retirada das menções relacionadas à igualdade de gênero em documento como o PNE, entre outros.

Quando se discute a questão de gênero por uma perspectiva de desconstrução dos padrões dominantes de masculinidade e feminilidade, contribui-se para a diminuição da homofobia. É extremamente importante que a questão de gênero seja colocada nos Planos de Educação, com vistas a minimizar os atritos e pensar práticas pedagógicas que não estimulem apenas o binário homem/mulher. É importante discutir gênero na escola não para negar ou



mostrar outras possibilidades, mas para promover o respeito à diversidade, propagando a convivência harmoniosa com quem é diferente e o entendimento de que as pessoas têm outras escolhas. Na outra ponta desse processo ressaltamos a importância de formamos professores habilitados a tratar dos temas relacionados a educação sexual, que será abordado no tópico seguinte.

## **II A Formação Docente e a Temática da Sexualidade**

A educação sexual se torna necessária nas escolas, não só por se apresentar enquanto tema transversal, mas por ser relevante perceber que o desenvolvimento pleno do indivíduo, como ser humano e cidadão também passa pela sua vida acadêmica, e essa é a questão mestra necessária para discussão do tema da sexualidade e a implantação da temática, principalmente nos cursos de formação docente, objetivando desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos e firmar-se como algo ligado ao prazer e à vida (FIGUEIRÓ, 2006).

Em relação ao nosso papel enquanto educadores, acreditamos ser fundamental que o professor, tanto da educação infantil como do ensino fundamental, esteja preparado para abordagem da temática no cotidiano escolar. Não raras, são as situações em que presenciamos “brincadeiras” de conteúdos homofóbicos, racistas, discriminatórios. Se não lançarmos mão de nossas competências pedagógicas e didáticas para lidarmos com estas situações, respondendo de imediato, continuaremos legitimando o preconceito, a discriminação, as hierarquias de gênero e a violência homofóbica nas escolas e universidades.

Nessas situações, muitos professores se calam simplesmente porque não sabem de que forma reagir. Acabam sendo omissos e perpetuando o preconceito. A universidade não pode se omitir a esta função de capacitar professores para responderem adequadamente quando os temas relacionados a sexualidade aparecerem de forma jocosa, maldosa, preconceituosa. Já tem sido de grande prejuízo a omissão das escolas, que em sua maioria, negligenciam as questões sobre educação sexual, considerando que tais questões estão fora dos muros das escolas (LOURO, 2007).

O estudo da formação docente perpassa por várias vertentes, principalmente no que tange a temas polêmicos e de demanda social, como a sexualidade. Em relação aos cursos de formação docente podemos destacar que na Resolução do Conselho Nacional de Educação no artigo 5º ao descrever as competências necessárias aos egressos do curso de Pedagogia, aponta dezesseis atribuições para o pedagogo, dentre elas:



X - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

XI – Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidade especiais, escolhas sexuais, entre outras. (BRASIL, 2006).

A Orientação Sexual, preconizada pelos PCNs, diante da prática da transversalidade entre as disciplinas, propõem diretrizes teóricas e pedagógicas que destaca a formação integral do educando envolvendo as diversas áreas do conhecimento e assim, vislumbra a emancipação do indivíduo, objetivando perceber a sociedade em seus diversos aspectos social, político, econômico e cultural. Diante desses pressupostos, a formação docente no tocante à sexualidade é fundamental, uma vez que a escola tem papel preponderante na formação de educandos, sendo para muitos, ainda o único meio de informação consciente e precisa.

Ribeiro (2008) adverte sobre a formação dos educadores:

[...] como os professores e demais profissionais que lidam com crianças e jovens têm um papel fundamental no processo de aquisição de conhecimentos e valores por parte de seus alunos, é essencial que também estes educadores tenham um espaço onde possam se formar como orientadores conscientes e capazes de indicar caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, com menos culpa e ansiedade, com menos preconceitos e desinformação (RIBEIRO, 2008, p. 2).

A Universidade Pública no Brasil assume o compromisso social do ensino com vistas ao desenvolvimento pleno e integral do ser humano. Não se trata simplesmente de formar profissionais para o mercado, técnicos executores de conhecimento, ou de “elites pensantes”, aptas para a produção do conhecimento científico e tecnológico, e sim de formar cidadãos, indivíduos preparados para atuar na sociedade de forma humana, respeitando sua diversidade. Porém, historicamente, tanto a formação inicial quanto a continuada não têm incorporado a diversidade sexual, tampouco contemplado o debate deste tema.

Para que tenhamos uma educação sexual emancipatória, é preciso que as escolas oportunizem momentos de diálogos e se envolvam em projetos, nos quais os próprios gestores possam se mobilizar e ver a relevância e a importância que o tema apresenta na vida das pessoas. Porém, antes de alcançar as escolas é preciso contar com a capacitação do educador.

As pesquisas indicam que a escola tem atuado como ambiente de intolerância e violência às minorias sexuais, além de revelar a fragilidade dos profissionais da educação para uma abordagem educativa sobre a sexualidade. Os temas da sexualidade são reduzidos a aulas

específicas, orientados de modo a negar a diversidade sexual, contribuindo assim, para a negação da cidadania e direitos humanos. É dever das universidades, contribuírem para esclarecer as questões que envolvem este tema, já que promove o desenvolvimento e difusão da ciência.

Montrone e Oliveira (2004) aludem que a sexualidade está presente nos diferentes espaços, incluindo as escolas de nível superior, sendo necessário repensar a educação sexual com planejamento, implementação e avaliação de conteúdos curriculares ou eixos temáticos voltados aos direitos sexuais reprodutivos e valores humanos, para que contribua com a formação de profissionais solidários e responsáveis, na busca de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. Assim, urge implementar nos currículos de formação de professores disciplinas que contemplem todos os temas relacionados a educação sexual.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Inicialmente nos propomos a análise dos PPPs das Licenciatura do Campus da Upe Mata Norte, quais sejam: Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia, Ao examinarmos os PPPs em vigor dos cursos citados, não encontramos nenhum componente curricular em específico que trata da temática – Educação Sexual.

Num segundo momento da pesquisa fomos ouvir os estudantes. Nesse sentido, partimos para uma pesquisa de campo junto aos estudantes dos últimos períodos, que foram convidados a responder um questionário *on-line* acerca da presença da temática da sexualidade no decorrer de sua formação. Esse questionário continha 14 questões, fechadas e abertas, e foi disponibilizado para os alunos nos meses de setembro a outubro do corrente ano, ocasião em que concluíam o semestre 2022.1. Responderam ao questionário os alunos dos cursos de Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

Iniciamos com algumas características sociológicas elementares, como sexo, idade, curso, orientação sexual, identidade de gênero e religião, que por razão do espaço não serão analisadas neste momento. O maior número de respostas veio do curso de Pedagogia.

Em seguida iniciamos com as questões relacionadas diretamente à pesquisa, onde indagamos o que eles entendiam por educação sexual. Nessa questão tivemos respostas bem diversas, e que trazem várias concepções numa só resposta, todavia buscamos agrupá-las em algumas categorias, foram elas: Conhecimento sobre o corpo, sexo, sexualidade (23); Prevenção contra abuso sexual (16); Informações sobre Reprodução Humana (05). Segue abaixo algumas falas de cada categoria.



Aluno - O ensino sobre orientações na vida sexual, em possíveis abusos, e etc.

Aluno - É conhecer as questões relacionadas a sexo.

Aluno - É o que ensina sobre orientações a anatomia, os aspectos de comportamento e psicologia acerca da reprodução humana e do sistema reprodutor.

Na questão seguinte, indagamos se na grade curricular do curso, eles tiveram alguma disciplina que abordou a educação sexual ou temáticas relacionadas a ela. Assim, 84,1% responderam que não, enquanto 15,9% disseram sim. Quem respondeu sim, deveria identificar a disciplina ou temática abordada. Foram citadas as seguintes disciplinas: Embriologia, Psicologia da Aprendizagem, Educação Inclusiva, Fundamentos Psicológicos da Educação, Ciências, Vivência Extensionista III.

Uma outra questão perguntou se já haviam participado de algum evento, oficina e/ou palestra sobre o tema Educação Sexual. Dos 44 alunos que participaram, apenas 6 pessoas responderam sim. Citaram minicurso, oficina, palestra extra-curricular, semana de biologia e semana da diversidade.

Indagamos em seguida a opinião deles sobre a necessidade da introdução desta temática no currículo do curso de formação de professores. As alternativas eram: sim, não, em parte. Desse modo, 90,95% responderam sim, 9,05% disseram em parte. Ninguém respondeu não. Solicitamos em seguida que justificassem suas respostas. A seguir destacamos duas falas:

Aluno - A educação sexual, principalmente para professores de biologia, é responsabilidade no currículo, não saber fazê-lo ou ter receios e vergonhas faz com que essa educação não seja obtida ou pior vire temática de chacotas e bullying na escola.

Aluno - É de extrema importância que dentro de um curso de formação de professores se tenha uma “orientação” para os futuros docentes, que se encontrarão em meio ao cotidiano de escolas e instituições de ensino, onde há relações interpessoal e assim sendo necessário abordar tal temática, seja de caráter interventivo ou preventivo.

Para finalizarmos o questionário, perguntamos se eles acham que deveria haver uma melhor formação para os futuros docentes quanto a educação sexual? Responderam sim a esta questão, 88,6%, enquanto 11,4% disseram em parte. Novamente, foi solicitado que justificassem suas respostas.



Aluno - Independente da área do docente, a sexualidade humana faz parte da idade dos alunos na escola e também perpassa muito conteúdos currículos. Ignorar essa questão é continuar contribuindo para problemas escolares e da sociedade como desigualdade de gênero, machismo, sexismo, evasão escolar, feminicídio, marginalização de pessoas LGBTQIA+.

Aluno - Cada vez mais devemos estar preparados para ajudar os alunos em situações imprevisíveis envolvendo a esfera sexual. Quanto mais esse tema for trabalhado e sem tabus, “mais calejados” estaríamos a esse respeito como educadores, profissionais e cidadãos.

Aluno - Por experiência própria, tive uma dificuldade enorme para trabalhar o combate ao abuso infantil na minha turma, por essas questões é de suma importância implementar, para que possamos trabalhar em sala de aula.

Percebemos que eles têm uma visão segmentada, tudo que foi dito está contemplado na educação sexual, como nomear os órgãos, evitar apelidos, toque permitido, ensinar sobre abuso, além de trabalhar questões relacionadas à gênero e sexo biológico. Nossa atuação enquanto formadores e professores de ensino superior é trazer esclarecimento, desmistificar tabus, informar e fornecer conhecimentos que vão se somar a uma luta para implementar educação sexual na formação de professores e na escola.

Diante do exposto, podemos verificar pelas falas dos alunos que há uma real necessidade de oferecer este componente curricular sobre Educação Sexual nos cursos de Licenciatura da Upe Mata Norte, a fim de assegurarmos uma formação de professores capacitados para trabalhar de forma eficaz os temas relacionados a sexualidade no ambiente escolar. Com a preparação de professores haverá possibilidade, ainda que a longo prazo, de se educar adequadamente as novas gerações na área da sexualidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na atual fase da sociedade, devemos desenvolver uma proposta de educação que inclua a formação para a cidadania considerando os aspectos, tão presentes na sociedade, que se relacionam com a diversidade sexual. Urge ampliar as discussões sobre as questões das identidades, das culturas, das etnias, dos gêneros, e das políticas educacionais, uma vez que, o princípio fundamental para uma sociedade multicultural é o direito de cada ser humano ser reconhecido em toda a sua integralidade humana.

Assim sendo, a capacitação do educador é fator imprescindível, além de que podemos perceber que transformações e mudanças não se implantam somente por legislações e diretrizes é preciso planejamento, formação dos envolvidos e paralelamente vontade e predisposição dos



gestores públicos e educacionais. Desejamos uma educação sexual emancipatória, com marcas de criticidade, alteridade e reflexão.

A introdução da disciplina de Educação Sexual nos cursos de Formação de Professores, teria como principal objetivo, provocar o debate juntamente com uma reflexão sobre educação e diversidade sexual, questionando nossas práticas e atitudes, problematizando algumas “verdades” sobre a educação para o reconhecimento da diversidade sexual. Deverá também alcançar um bom nível de mobilização dos educadores para práticas pedagógicas de enfrentamento a preconceitos e discriminações por orientação sexual e a efetivação de uma educação afirmativa voltada para a cidadania e respeito aos direitos humanos.

Tardamos em reconhecer que a heterossexualidade não é a única forma de expressão da sexualidade da pessoa humana, respaldados numa cultura etnocêntrica, de ignorância e preconceito que outrora justificava a discriminação aos gays, lésbicas e transgêneros. De fato, estamos cientes de que a Ciência não se pauta em preconceito, e nem uma nação que se diz democrática e justa pode abrigá-lo em seu seio. Muito menos a educação de forma geral deve permitir a proliferação de preconceitos.

A escola deve contemplar esta diversidade que permeia a sociedade. Pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas frequentam a escola e devem ter sua sexualidade e suas identidades respeitadas. Este é também um belo exercício de cidadania. A escola, deve atuar como um lugar de construção dos saberes da criança, das identidades e, portanto, das diferenças, uma vez que, é um espaço privilegiado para discussões de diferentes assuntos, sobretudo a sexualidade já que é um tema que entra no campo dos interditos e ainda ocasiona diferentes embates.

Espera-se que as instituições de ensino superior estejam preparadas para combater a discriminação por orientação sexual ou de identidade de gênero, ofertando estes conteúdos em suas grades. Assim, consideramos ser importante, para a atuação nessa área, que o docente aprenda as questões da sexualidade para trabalhar com os discentes de forma problematizadora, crítica e reflexiva, na busca da formação emancipatória do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Cathia. Quebra de tabus. **Revista Sociologia - Ciência e Vida**. Ano 1. Número 3. Editora Escala, São Paulo, 2007.
- BITTAR, Alberto Carlos. **O Direito Civil na Constituição de 1988**. 3 ed. São Paulo, 2003.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.



- BRASIL. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª série: apresentação dos temas transversais: ética**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2001.
- BRASIL. Congresso. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: SEDH, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em: 25 jan. 2009.
- DIAS, Berenice Maria (Coord.) **Diversidade sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011.
- \_\_\_\_\_, **União Homossexual: o preconceito e a justiça**. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2001.
- FERREIRA, N. B. de P.; RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e História: “fissuras no presente”**. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. ; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. M. (Org.). **Educação sexual no Brasil: panorama de pesquisas do Sul e do Sudeste**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.p.19-24.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2006.
- GOLDEBERG, M. A. A. **Educação Sexual – uma proposta, um desafio**, Rio de Janeiro: Amanda, 2012.
- INDONÉSIA (2006). **Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Tradução de Jones de Freitas. 2007. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.
- LOURO, Guaraci Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- MATARAZZO, Maria Helena. **Educação sexual nas escolas**. Edições Paulinas, São Paulo, 2010.
- MONTRONE, A. V. G.; OLIVEIRA, M.W. **Sexualidade: novas abordagens**. In: SOLFA, G. C. (Org.). **Gerando cidadania: reflexões, propostas e construções práticas sobre os direitos das crianças e do adolescente**. São Carlos: Editora RIMA, 2004.
- PEREIRA, Anabela. **Educação multicultural: teorias e práticas**. 1ª ed.,Porto: Edições ASA, 2004.
- RIBEIRO, P. R. M. **Processos e trajetórias na formação de professores para atuação no campo da educação sexual: a experiência do núcleo de estudos da sexualidade na UNESP, em Araraquara**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 14., Trajetória e Processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e cultura.2008, Porto Alegre. **Anais** Porto Alegre: PUCRS, 2008.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. – 7 reimp. – São Paulo: Cortez, 2007.